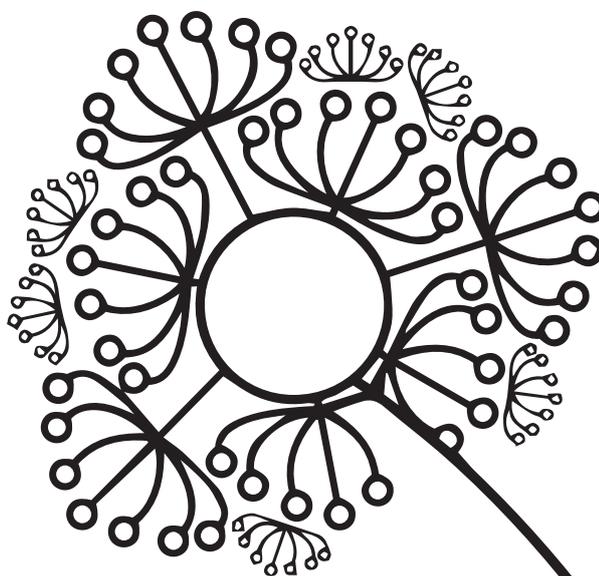


9. *Os papéis das empresas sociais na inclusão social*

Michaela Giovannini e Sílvia Ferreira



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Introdução _____	273
1. Desafios sociais e societais _____	274
2. Papéis das empresas sociais _____	280
3. Quadros legais e institucionais _____	291
Conclusão _____	297
Referências bibliográficas _____	298

Introdução

As sociedades atuais vivem desafios profundos no que se refere à exclusão social de pessoas e grupos sociais, num contexto de progressiva ampliação das desigualdades. As desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços são fatores decisivos em limitar o acesso ao emprego e à participação na sociedade, limitando a capacidade de grupos e pessoas viverem plenamente integradas nas múltiplas esferas da sociedade.

Neste capítulo, focamos a área da inserção social, abrangendo um conjunto de atuações das empresas sociais que, por um lado, identificam um conjunto de desafios sociais e societais – contribuindo para a sua formulação enquanto problemas sociais e, por outro, desenvolvem atividades no sentido de eliminação das situações de exclusão social com vista à integração social. Esta implica ação de vários sistemas sociais: a integração socioeconómica nos sistemas económico e territorial, a integração social pelo sistema de proteção social, a integração familiar, comunitária e social pelos sistemas familiar, comunitário e simbólico. Assim, a integração social é definida como «o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania» (CIES/CESO I&D, 1998, *apud* Rodrigues *et al.* 1999, 79).

Este capítulo foi elaborado a partir da análise de conteúdo dos estudos de caso de empresas sociais atuantes no campo da inserção social de determinados grupos sociais, como pessoas com deficiência, pessoas com doença mental, idosos e idosas, pessoas daltónicas, crianças e jovens, minorias étnicas, comunidades desfavorecidas, etc. Em alguns casos, as organizações concentram as suas atividades na inserção social e, noutros, combinam estas atividades com outras nas áreas da cultura ou do ambiente. O relatório da análise destes estudos de caso serviu de guia para uma discussão alargada a mais organizações de intervenção social através de um *focus group*. Neste, discutiram-se os desafios sociais e societais com que as organizações lidam, as respostas das organizações a esses desafios, a influência dos quadros legais e institucionais sobre as atividades das organizações, com enfoque nas suas áreas de atividade, e as estratégias de influência das empresas sociais nesses mesmos quadros legais e institucionais.

1. Desafios sociais e societais

1.1. Pobreza e desigualdades sociais

Em Portugal, as taxas de pobreza permanecem elevadas e a desigualdade social significativa. Em 2019, após as transferências de pensões e das transferências sociais, 16,2% da população estava em risco de pobreza, ou seja, vivia com recursos monetários inferiores a 540 euros mensais (INE 2021, 7). Os efeitos das transferências com pensões de reforma e de sobrevivência na diminuição do risco de pobreza são significativos, pois a taxa de pobreza passa de 42,4% para 21,9% após as transferências relacionadas com pensões — uma redução de 20,5 pontos percentuais (p.p.) — e antes das restantes transferências sociais. Em contrapartida, as transferências sociais relacionadas com a doença e a incapacidade, a família, o desemprego, a educação, a habitação e a inclusão social apenas diminuíram a pobreza em 5,7 p.p. As transferências de pensões e das restantes transferências sociais resultaram na redução da taxa de risco de pobreza para os já referidos 16,2% (uma redução total de 26,2 p.p.) (INE 2021, 10).

Os montantes das prestações, nomeadamente das que se orientam para o combate à pobreza e à exclusão, permanecem baixos, não permitindo retirar as pessoas da pobreza (Rodrigues 2009). O Estado-Providência português é dualizado — como o mercado de trabalho —, com grupos que se encontram protegidos por direitos resultantes do trabalho e outros que se encontram desprotegidos porque a sua inclusão laboral é precária ou inexistente e a proteção não contributiva é reduzida. Assim, surgem determinados grupos que, pelas suas características, são mais vulneráveis à pobreza e à exclusão, os trabalhadores precários, as pessoas com deficiência ou com doença mental, os jovens, os idosos ou as mulheres. Como assinala Priestley, as ligações entre pobreza, acesso a cuidados de saúde, estado de incapacidade física e/ou mental são indiscutíveis: «as pessoas pobres têm uma maior probabilidade para serem afectadas por uma incapacidade, e as pessoas com deficiência têm uma maior probabilidade de viverem na pobreza» (Priestley 2001, *apud* Fontes 2009, 74).

No que se refere à desigualdade, Portugal é o nono país da UE28 com maiores níveis de desigualdade, medidos pelo rácio S80/S20, com os 20% mais pobres a terem rendimentos 5,2 vezes mais baixos do que os 20% mais ricos.¹

1.2. Exclusão social

Alguns grupos sociais sofrem um conjunto de problemas e vulnerabilidades que estão interligadas. A deficiência ou a doença mental podem estar associadas a dificuldades de inserção no mercado de trabalho e esta, por sua vez, pode estar associada a situações de falta de rendimentos. Estas mesmas pessoas podem estar afastadas das normas e práticas culturais dominantes e encontram-se frequentemente numa posição de falta de capacidade de fazer ouvir a sua voz perante o sistema político e a administração pública.

Esta multidimensionalidade, reveladora da complexidade dos problemas sociais, está muitas vezes associada à exclusão social, um conceito que evidencia a relação entre os indivíduos e a sociedade. A exclusão social é um fenómeno multidimensional:

Um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação e a pobreza. (Rodrigues *et al.* 1999, 64–65)

¹ Observatório das Desigualdades, *Rácio S80/S20 (desigualdade de rendimento)*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/18/s80-s20>>.

Se é o funcionamento da sociedade e as desigualdades incrustadas que geram fenómenos de exclusão social, o funcionamento das instituições é, por vezes, cego às interdependências que alimentam e são produto da exclusão social. Esta questão está amplamente diagnosticada como sendo o resultado do funcionamento em silo destas instituições: as agências do Ministério da Educação tratam os problemas da educação, as da Justiça tratam os problemas relativos ao crime ou ilegalidade, as da Ação Social os problemas das pessoas com necessidades materiais, etc. Esta lógica não é exclusiva do funcionamento das respostas públicas mas inclui também as respostas das organizações do terceiro setor.

As empresas sociais, pela sua relação com os públicos e com os diferentes sistemas sociais, observam a complexidade da exclusão social, como se pode verificar na seguinte narrativa:

A Inês hoje trouxe uma mãe surda-muda, cujo filho está em estudo para adoção, que esteve numa resposta social até que lhe retirassem o filho. Agora que a criança está numa resposta social, a mãe não pode estar em lado nenhum. O que é que se faz a uma pessoa? Põe-se na rua. Põem-se na rua e passa a sem-abrigo. Sem-abrigo a Cáritas dá resposta temporária, mas é temporária. [...] A mãe não tem emprego, não tem pensão... estamos a tratar do RSI. Tem um atestado de incapacidade que lhe vai permitir ter a pensão. Mas para isso é preciso tratar desses documentos. Estando numa instituição estatal que recebe dinheiro do Estado não é permitido tratar desses documentos. Só pondo-a na rua com a criança... (Estudo de caso, Presidente, Deliciosas Diferenças)

1.3. Desigualdade no acesso à saúde

Portugal possui um Serviço Nacional de Saúde (SNS) que permite o acesso universal, complementado por provisão privada, lucrativa e não lucrativa, com a qual o Estado assina convenções para suprir as faltas do serviço público. Um dos indicadores mais significativos do avanço que a criação do SNS após a Revolução Democrática trouxe é a mortalidade infantil, que passou de 77,5 por mil em 1961 (a média da então CEE era de 36,2) para 2,7 por mil em 2017 (a média da UE28 era de 3,6).² Outro indicador das melhorias da condição sanitária da população é o aumento da esperança de vida à nascença, que aumentou de 69,7 anos para as mulheres e 63,6 para os homens em 1970, para 84,5 e 78,3 anos, respetivamente, em 2018.³ Em contrapartida, o número de anos de vida saudável à nascença é significativamente inferior ao da UE28, prejudicando particularmente as mulheres, com estas a viverem menos 6,3 anos (57,5 anos) e os homens menos 3,5 anos (63,4 anos).⁴

A atuação das empresas sociais demonstra que existem lacunas no sistema, quer em termos da prestação de determinados cuidados de saúde, como a saúde mental ou a medicina dentária, quer em termos do acesso aos medicamentos. A lógica universalista do SNS, por um lado, garante o acesso à saúde de toda a população mas, por outro lado, não permite discriminar positivamente em relação a pessoas com mais baixos recursos.

O Estado devia olhar para estas pessoas de uma forma diferente diferenciando-as positivamente. Todos nós temos comparticipação de medicamentos, mas há alguns que precisam mais do que outros e por isso é preciso dar equidade ao sistema de acesso. (*Focus group*, Diretora Executiva, Associação Dignidade)

A Associação Dignidade descreve os seus públicos como consistindo maioritariamente por pessoas em idade ativa (52%), sendo que as situações de doença crónica são as que causam

2 Observatório das Desigualdades, *Mortalidade Infantil*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/05/23/mortalidade-infantil>>.

3 Observatório das Desigualdades, *Esperança de Vida*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2020/03/24/esperanca-de-vida>>.

4 Observatório das Desigualdades, *Anos de Vida Saudável*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2020/03/15/anos-de-vida-saudavel>>.

mais dificuldade. Assim, num contexto em que os anos de vida saudável são mais reduzidos do que na UE28, a necessidade de acesso a medicamentos torna-se mais relevante.

Nós temos um país em que a pobreza é muito grande e, num agregado familiar em que os pais têm o ordenado mínimo, se houver uma criança doente, os pais não conseguem fazer face a situações de doença crónica da criança. (*Focus group*, Diretora Executiva, Associação Dignidade)

Por outro lado, a medicina dentária é uma lacuna estrutural do sistema para quem não tem recursos para suportar o acesso à medicina privada.

A área da saúde mental é outra onde as necessidades e a insuficiência de respostas são reconhecidas, e onde se acentua um agravamento em razão do aumento das doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer.

Apesar de um ideal de cuidados de saúde mental baseados na comunidade desde a década de 1960, e reafirmado na Lei de Saúde Mental, Lei n.º 36/98, de 24 de julho, este ideal ainda está longe da concretização. A desinstitucionalização das pessoas com doença mental ocorreu num contexto em que a resposta do Estado era quase exclusivamente ancorada em hospitais psiquiátricos e até agora não foi criada a infraestrutura ambicionada para os cuidados na comunidade. Foi apenas em 2010 que surgiram, através de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, um conjunto de respostas orientadas para esta área, nomeadamente equipas de apoio domiciliário, unidades socio-ocupacionais e unidades residenciais. Em 2017, foram integradas respostas para a saúde mental na Rede Nacional de Cuidados Continuados em Saúde. Os dados da Carta Social evidenciam uma evolução muito lenta da criação destas respostas, uma taxa de ocupação muito elevada e significativas assimetrias regionais (GEP/MTSSS 2018).

1.4. Desigualdade e insucesso escolar

A existência de um sistema de educação universal também não obsta a que existam lacunas, ainda que os indicadores evidenciem uma clara evolução positiva. A taxa de retenção e desistência ocorre sobretudo no ensino secundário (13,5%), ainda que seja de assinalar que 5% dos alunos não completam o ensino básico. A taxa de abandono total é de 11,8%, encontrando-se no 22.º lugar no conjunto dos países da UE28. Estas taxas de insucesso escolar afetam sobretudo as crianças em situação de pobreza, pelo que existe uma correlação entre desigualdade e insucesso escolar, sendo que a taxa de risco de pobreza tende a ser mais elevada em agregados familiares com crianças (17% no caso dos agregados com crianças dependentes face a 15,4% em agregados sem crianças), o que se agrava conforme aumenta o número de filhos, encontrando-se em 39,8% no caso de 2 adultos com 3 ou mais crianças.⁵

Os indicadores do Ministério da Educação (ME) sobre percursos diretos de sucesso identificam bem esta relação, tornando perceptível que a taxa de sucesso escolar dos alunos com Ação Social Escolar (ASE) é consistentemente inferior à dos restantes alunos, com um significativo agravamento a partir do 3.º ciclo, em que apenas 29% dos alunos do 9.º ano e 36% dos alunos do 12.º ano conseguiram terminar sem reprovar nos dois anos anteriores e em nenhum dos exames nacionais de português e matemática, no caso do 9.º ano, e das disciplinas trienais no caso do 12.º ano.⁶ Os estudantes com apoio social escolar têm um percurso de sucesso inferior a 10% dos restantes alunos, o que se agrava nos escalões mais baixos de rendimentos familiares, em que apenas 21% dos alunos no Escalão A (correspondente ao nível mais baixo

⁵ Observatório das Desigualdades, *Risco de Pobreza*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/23/risco-de-pobreza>>.

⁶ Análise aos dados relativos ao ano letivo de 2018/2019 divulgados pelo Ministério da Educação no artigo de Madre Media/Lusa, “Insucesso a diminuir, mas ainda atinge maioria dos alunos”, 21 de maio de 2021: <<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/insucesso-a-diminuir-mas-ainda-atinge-maioria-dos-alunos>>.

de rendimentos familiares) da ASE e 38% do Escalão B têm um percurso de sucesso em comparação com 56% dos alunos sem ação social escolar (DGEEC 2021, 1).

Note-se que existe um significativo desinvestimento público na educação, com a evolução da despesa pública a cair, de cerca de 6,5% do PIB na década de 2010 para 4,4% em 2018. Assim, Portugal deixa de ter um gasto superior ao da UE28 em 2015, passando a ter um gasto inferior a partir de 2017. Este desinvestimento verifica-se em todos os níveis de ensino, com exceção do pré-escolar e primário, em que o investimento tem sido significativo.⁷ Também o investimento em respostas sociais para a 1.^a infância tem tido uma evolução positiva, o que fez com que em 2010 tivesse sido atingida a meta de Barcelona de uma cobertura de 33% das respostas sociais (creche e ama) para crianças com menos de 3 anos, encontrando-se a média nacional em 48,4% em 2018. Ainda assim, esta resposta é insuficiente face às necessidades, levando a que, como refere a entrevistada de um dos estudos de caso na região centro do país, as pessoas tenham de pedir baixa para ficar a cuidar dos filhos em casa.

Já o ensino pré-escolar, entre os 4 anos de idade e o início do ensino básico possuía uma taxa de cobertura de 94,2% em 2017 (média UE28 de 95,4%). Esta oferta responde também a uma necessidade das famílias, em que tipicamente trabalham todos os elementos do casal a tempo inteiro, deixando por conta destes serviços o cuidado das crianças. Exemplificativo é o facto de que

Cerca de 86 % das creches e 73 % dos CATL, em 2018, encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 45 % [das] crianças frequentavam as creches até 8 horas e 46% entre 8 e 10 horas diárias. (GEP/MTSSS 2018, 31)

1.5. Desigualdade no acesso a serviços sociais

Apesar da extensa rede de equipamentos e serviços sociais, muitos dos quais contratualizados entre o Estado e as Organizações da Economia Social (OES), as taxas de cobertura destes serviços permanecem desigualmente distribuídas pelo território nacional e as taxas de ocupação revelam-se desequilibradas no território e baixas para alguns serviços. A lógica de financiamento destes serviços, em particular no âmbito da cooperação entre o Estado e as IPSS, por se basear em custos *per capita*, e ainda que tenha em conta algumas características dos beneficiários, não tem em conta as desigualdades territoriais, fazendo com que o equilíbrio financeiro conseguido entre as participações dos utentes (que variam em função do rendimento) e as transferências públicas seja mais difícil de atingir em territórios onde se concentram pessoas com mais baixos rendimentos, gerando efeitos de seletividade e falta de acesso. Esta questão é referida relativamente a um dos nossos estudos de caso situado numa zona urbana desfavorecida

A questão da comparticipação. Se uma parte das pessoas são precarizadas... a lei das empregadas domésticas ainda é uma lei de 1989-90. As pessoas com ou sem qualificação são canalizadas para esse trabalho e isso reflete-se na instituição. Não conseguem pagar os serviços, têm menos tempo com as crianças, os horários são das 6 da manhã às 8 da noite e nas amas até às 9. É um problema que nós, enquanto Moinho, não conseguimos resolver. É uma questão do trabalho. (Estudo de caso, Coordenador-geral, ACMJ)

Considerando os dados da Conta da Segurança Social (GEP/MTSSS 2018, 18, 63) relativamente à Distribuição percentual das respostas sociais e do financiamento por população-alvo para o Continente em 2018, verifica-se que a grande percentagem das respostas sociais está direcionada para as crianças e jovens (49,26%) e para as pessoas idosas (41,26%), sendo residuais as respostas para pessoas com deficiência (5,28%), a família e comunidade (3,38%)

⁷ Observatório das Desigualdades, *Despesa Pública em Educação*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/10/11/despesa-publica-em-educacao>>.

e ainda mais para pessoas toxicodependentes (0,36%), com doenças do foro mental (0,29%) e pessoas infetadas com VIH/SIDA (0,17%). Os acordos de cooperação refletem esta mesma desigualdade, com as despesas de funcionamento alocadas significativamente às respostas para pessoas idosas (43,4%) e as crianças e jovens (38,8%). As respostas para pessoas com deficiência absorvem 13,5% das despesas com acordos de cooperação, as do âmbito da família e comunidade 3,1% e as restantes 1,1%. De facto, são estas as respostas em que a capacidade financeira de parte das famílias permite participações financeiras, enquanto outras respostas orientadas para pessoas em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social são deficitárias. Como se refere na Carta Social,

A distribuição territorial das respostas sociais vocacionadas ao apoio à Família e Comunidade⁸ evidencia uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral, sendo que os de Lisboa, Porto e Aveiro agregam mais de metade da oferta. (GEP/MTSSS 2018, 53)

Esta mesma desigualdade territorial é evidenciada noutras respostas sociais, como o apoio a pessoas toxicodependentes (com Lisboa agregando 41% das respostas), a pessoas infetadas com o VIH/SIDA (53% do total das respostas em Lisboa).

1.6. Desigualdades territoriais

Os diversos indicadores a que nos referimos de pobreza e desigualdade não têm uma distribuição uniforme por todo o país. Alguns territórios, seja em espaços rurais envelhecidos e desertificados ou em espaços urbanos marginalizados, têm uma maior incidência de fenómenos de pobreza e exclusão social.

Os territórios rurais e, em particular, os territórios de baixa densidade, sofrem perdas de capital humano, social e económico que se traduzem também na perda de serviços essenciais e de tecido empresarial, com a consequente perda de oportunidades de emprego. A Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares (ADSCCL) descreve os territórios rurais de baixa densidade em que atua como

territórios com uma propensão e risco de exclusão, subdesenvolvimento, uma vez que em territórios menos populosos ocorre em simultâneo o envelhecimento da população, a dificuldade no acesso a bens e serviços, bem como a dificuldade no acesso a emprego condigno. (ADSCCL 2018, 5)

Se tivermos em conta a taxa de risco de pobreza por regiões, verifica-se que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as taxas de risco de pobreza (28,5% e 26,3%, respetivamente) são significativamente superiores à média nacional (16,2%). No Continente, as regiões com a taxa de risco de pobreza mais elevadas são o Algarve, a Região Norte e o Alentejo e a que possui o menor risco de pobreza é a Área Metropolitana de Lisboa – AML (11,1%) (INE 2021: 9). Estas desigualdades territoriais exprimem-se noutros indicadores, como o insucesso escolar, a desigualdade no acesso a serviços sociais e à saúde. Por exemplo, no que diz respeito às respostas para a saúde mental, verifica-se que o litoral tem um maior número de respostas (destacando-se Lisboa, com mais de 11 respostas, 5 distritos com 5 a 10 respostas, 4 distritos com apenas uma resposta) e significativos défices nos distritos do interior (7 distritos sem nenhuma resposta) (GEP/MTSSS 2018). No que se refere ao sucesso escolar, verificam-se igualmente fortes assimetrias regionais em termos dos indicadores de insucesso escolar, com a região do Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa a verificar uma taxa de retenção e desistência no ensino secundário de 17,6% e a região Norte com a menor taxa de retenção (11%). No caso do ensino básico, o Algarve continua a ser a região com o pior

⁸ Incluem: os centros de alojamento temporário, para pessoas sem-abrigo, a Comunidade de Inserção, para pessoas em situação de exclusão, a Casa Abrigo, para vítimas de violência doméstica, o Refeitório/Cantina Social, para situações de carência alimentar, o Atendimento/Acompanhamento Social e o centro comunitário para pessoas e comunidades em risco de exclusão.

indicador (7,1%), melhorando a AML para 6,1% e mantendo-se a região Norte como aquela em que o indicador é mais favorável (3,6%).⁹ Os indicadores sobre percursos diretos de sucesso dos alunos com Ação Social Escolar evidenciam também significativas diferenças territoriais, com alguns distritos a apresentar valores mais próximos dos restantes alunos (Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Viseu, Coimbra e Leiria) e outros a apresentar valores mais distantes (Beja, Évora, Faro, Bragança, Portalegre, Lisboa e Setúbal) (DGEEC 2021).

1.7. Exclusão social de minorias étnicas e racismo

Portugal foi, durante muito tempo, um país de emigração, tendo-se esta tendência invertido, sem que se tenha desenvolvido a capacidade de acolher e integrar adequadamente os imigrantes e os seus descendentes. De facto, só a partir de meados de 2000 Portugal encarou a sua relação com as minorias culturais e étnicas à medida que se assumia como País de imigrantes e não apenas de emigrantes, surgindo então políticas públicas com vista a esta integração que, todavia, ainda estão muito aquém de resolver problemas de marginalização, segregação territorial e racismo, como tem vindo a lume mais recentemente nos meios de comunicação.

Estas deficiências começam pelas próprias leis da nacionalidade, que não favorecem a plena integração, mesmo dos descendentes nascidos em Portugal, contribuindo para acentuar a precaridade laboral e a exclusão social e política. Apesar das alterações da Lei da Nacionalidade,¹⁰ tal não obsta a que, como nos foi referido num dos estudos de caso, não exista um número significativo de pessoas nascidas em Portugal sem nacionalidade portuguesa: «Pessoas que nasceram cá, têm 38 anos e não têm nacionalidade portuguesa. Há uma geração que ainda não tem nacionalidade portuguesa» (Estudo de caso, Coordenador-geral, ACMJ).

Desde a década de 1980, a demanda para o setor da construção civil, impulsionado pelos Fundos Estruturais, trouxe a Portugal trabalhadores dos países africanos de língua portuguesa e mais tarde os seus cônjuges, ao abrigo da reunificação familiar. As mulheres encontraram trabalho em serviços domésticos, de limpeza e restaurantes. Posteriormente, com a crise na construção civil e a expansão do turismo após a crise iniciada em 2008, uma grande parte dos homens passou a trabalhar na restauração e na limpeza. O nível de escolaridade e qualificações da grande maioria das pessoas é baixo, o que se associa a um trabalho de baixas qualificações, baixos salários e precaridade laboral, imagem que também passou a estar associada a estes imigrante a partir da década de 1990, em grande medida devido a práticas de informalização e precarização do trabalho por parte das empresas, numa perspetiva de redução de custos (Valadas *et al.* 2014 *apud* Esteves 2017).

Ao longo dos anos, vieram para Portugal imigrantes de outras nacionalidades, criando diferentes padrões de integração social e laboral. Contudo, é no caso das comunidades africanas que mais se verifica a segregação espacial e racial.

A forma estereotipada como a imprensa nacional retrata o bairro não apenas personifica nos seus moradores o fantasma das classes perigosas, mas também “silencia” uma outra Cova da Moura: o bairro com associativismo de referência nacional e internacional raramente é lembrado nas notícias, tal como a sua centralidade no movimento hip-hop português.¹¹

9 Observatório das Desigualdades, *Taxa de Retenção e Desistência*: <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2019/11/15/taxa-de-retencao-e-desistencia>>.

10 A Lei da Nacionalidade é de 1981 (Lei n.º 37/81, de 3 de outubro), que alterou a prevalência do critério do solo (*jus soli*) para a prevalência do critério de consanguinidade (*jus sanguinis*) foi alterada 9 vezes desde 1981, sendo que a mais recente alteração diminuiu de 5 para 2 anos de residência legal dos progenitores para o acesso à nacionalidade aos cidadãos nascidos em Portugal.

11 Otávio Raposo e Pedro Varela, “Abuso num bairro black, reflexão sobre a violência policial, o racismo e a segregação nas periferias de Lisboa”, *Buala*, 23 de outubro de 2017. <<https://www.buala.org/pt/cidade/abuso-num-bairro-black-reflexao-sobre-a-violencia-policial-o-racismo-e-a-segregacao-nas-perif>>.

O racismo não é um fenómeno necessariamente associado à imigração, ainda que seja parcialmente alimentado por retórica contra a mesma. Os casos de xenofobia e racismo relativamente a minorias culturais ou minorias étnicas, mesmo as que possuem nacionalidade portuguesa, evidenciam um problema na sociedade portuguesa que se vem tornando premente.

1.8. Invisibilidade e estigmatização

O modo como a sociedade lida com alguns problemas sociais é invisibilizando-os ou, então, construindo estereótipos acerca das pessoas que os sofrem. No primeiro caso, os problemas podem ser ignorados ou então percebidos como problemas do foro individual, atributos pessoais que, por vezes, são motivo de ostracização ou *bullying*. Muitas vezes são vividos como problemas pessoais silenciados e são origem de sofrimento pessoal e de fatores de exclusão e discriminação só sentidos por aqueles que os vivem. Para serem percebidos como problemas sociais, têm de, por um lado, ser vistos como afetando um grupo de pessoas e, por outro, existir na sociedade a consciência de que tem responsabilidade na resolução destes problemas. Um dos nossos estudos de caso evidencia um destes problemas, o daltonismo, uma diferença que se estima que afete 350 milhões de indivíduos a nível mundial, correspondendo a cerca 10% da população masculina mundial e 0,5% da população feminina, e motivo de sofrimento pessoal, discriminação em locais de ensino ou trabalho, gerador de dificuldades na vida quotidiana, num contexto em que a cor é usada profusamente.

Temos que distinguir duas coisas, entre ter uma flor vermelha ou azul isso não é muito relevante na vida de um daltónico, se um daltónico tem que apanhar a linha azul do metro ou a linha vermelha do metro isso pode ter. A cor tem um impacto na bifurcação para que lado vou, percebe? E é nesses sítios [...] coisas tão simples como um semáforo de risco numa aplicação bancária, se está lá o símbolo vermelho ou verde, que para uma pessoa que não é daltónica é uma coisa absolutamente intuitiva, para um daltónico há ali uma limitação que é não receber a informação. (*Focus group*, Presidente, ColorADD)

O trabalho da ColorADD tem contribuído para o reconhecimento do daltonismo como problema social, evidenciando as dificuldades quotidianas das pessoas daltónicas e o forte estigma social que muitas vezes tem origem na escola.

O estigma impende sobre todos os grupos em situação de vulnerabilidade — pessoas com deficiência, com doença mental, pessoas desempregadas, extoxicodependentes, minorias étnicas, etc. — suscitando situações de discriminação que dificultam a integração social nos mais variados sistemas. Esta estigmatização, reproduzida nos discursos dominantes, é também interiorizada pelas pessoas que a sofrem, criando uma autodesvalorização, que torna mais difíceis os processos de inclusão, traduzindo-se em baixas expectativas.

Um outro efeito da estigmatização, identificado por uma das organizações estudadas, é fazer com que as pessoas não recorram aos serviços existentes por não quererem ser rotuladas. O preconceito fazia com que as pessoas em situação de exclusão profissional resistissem em procurar o Microninho, por o associarem à intervenção social com públicos vulneráveis, nos quais não se reviam.

2. Papéis das empresas sociais

As empresas sociais estudadas contribuem para reconhecer e construir a forma em que as questões sociais e societárias são percebidas na sociedade e também as formas como podem ser abordadas, muitas vezes introduzindo soluções inéditas e criativas, outras vezes colocando em práticas soluções reconhecidas e institucionalizadas.

2.1. Atuação holística

A atuação holística implica assumir que as pessoas não existem isoladas do seu contexto e que muitos processos de exclusão passam pela atomização das pessoas e individualização dos seus problemas. As organizações estão num ponto de observação privilegiado para perceber as interdependências que subjazem à vida das pessoas e para se relacionarem com instituições de vários sistemas sociais (Ferreira 2014). Assim, contribuem para a inclusão social de pessoas e comunidades, atuando em diferentes dimensões da exclusão que afetam os seus públicos na sua relação com diferentes sistemas sociais, como a educação e formação, a inclusão económica, a saúde, a habitação, etc. Não ignoram, também, os efeitos emocionais e psicológicos que atuam também a este nível. Atuam também nos contextos familiares das pessoas e nas suas comunidades, numa perspetiva de que as intervenções bem-sucedidas têm de ocorrer a este nível. Por fim, podem também atuar na sociedade na perspetiva de mudar mentalidades e estigmas em relação aos seus públicos-alvo.

Um exemplo destas formas de atuação é o caso dos centros comunitários, uma resposta apoiada pela Segurança Social que as organizações tendem a desenvolver com alguma flexibilidade, adaptados às características e necessidades locais. Por exemplo, o **Centro Comunitário “Solidariedade”**, do Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI), é uma estrutura polivalente com atividades orientadas para crianças e jovens, como espaço de desenvolvimento de atividades, e para a população residente, incluindo ateliê ocupacional, espaço de ludoteca, biblioteca e Internet, oficinas de artes manuais, culinária, banco de trocas de bens e serviços, hortas comunitárias e serviços de avaliação e acompanhamento psicológico. Outro exemplo é o **Centro Comunitário “Cais do Sal”**, da Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montijo e Alcochete (CERCIMA), com atividades de atendimento/acompanhamento social a famílias, intervenção psicológica, dinamização de ações culturais, desportivas e recreativas, ações com vista à promoção de competências sociais, pessoais e profissionais e loja social. O **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental “o Pulo”**, da Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), visa o reforço da vinculação entre pais, filhos e comunidade, e o desenvolvimento biopsicossociocultural das crianças e jovens numa perspetiva sistémica. Para tal, inclui na sua equipa um assistente social, um animador social, uma psicóloga e três **agentes de educação familiar/mães do bairro**. O trabalho é todo desenvolvido através da colaboração entre os técnicos profissionais e os técnicos de experiência,¹² através da combinação dos diferentes tipos de saberes. Além de outras atividades, apoia as famílias na interação com serviços públicos para acesso a apoios sociais, habitacionais, regularização de documentação, relação com a escola e os filhos, valorização da identidade cultural, etc.

Em termos de intervenção de caráter holístico partindo no individuo, sublinhamos a metodologia de inclusão do **Microninho**, que trabalha com pessoas em situação de desvantagem e exclusão do mercado de trabalho, atuando junto do agregado familiar e não apenas da pessoa individualmente nos processos de microempreendedorismo. O diagnóstico dos problemas e a identificação das soluções implica o mapeamento do sistema onde a pessoa se insere, incluindo o agregado familiar e as instituições com as quais este se relaciona, como é o caso da Segurança Social, IEF, escolas, bancos, entre outros. A intervenção dá-se no sistema em que a pessoa está inserida, tendo a família como um eixo aglutinador. O acompanhamento contempla as dimensões familiar, psicológica, financeira e do negócio/emprego. Um “plano de autonomização e sustentabilidade familiar” é definido para todo o agregado de acordo com as necessidades identificadas. A intervenção no agregado familiar é ainda mais importante

¹² As **mães do bairro** são técnicos de experiência, com experiência pessoal, por exemplo, de parentalidade, e com experiência de vivência num contexto socialmente estigmatizado. Esta vivência gera atitudes, competências, metodologias e conhecimentos importantes para a intervenção em contextos idênticos.

no caso do empreendedorismo feminino, pois em contextos familiares e culturais dominados pelo patriarcado é difícil qualquer iniciativa de empreendedorismo feminino que não passe pelo apoio da família.

2.2. Personalização das respostas

Pela sua maior flexibilidade em desenvolver respostas inovadoras, ou em combinar respostas convencionais com intervenções inovadoras, algumas organizações estruturam respostas focalizadas nas características e necessidades individuais dos seus públicos. Trata-se, também, de uma lógica de intervenção favorecida por algumas políticas públicas, ainda que a sua concretização seja limitada pela organização setorial do Estado e a sua lógica universalista. Considere-se, a título de exemplo, a lógica do Rendimento Social de Inserção, sustentada num plano de caráter individual com acompanhamento de uma comissão multidisciplinar e multissetorial.

Assim, através da avaliação das necessidades específicas de cada indivíduo ou do núcleo familiar, e assumindo que as respostas não podem ser idênticas para todos os casos, as empresas sociais podem desenhar percursos personalizados de inclusão que abranjam as várias dimensões da vida dos seus públicos-alvo e que valorizem os seus interesses e capacidades. Além dos serviços e projetos próprios, estas respostas podem ser estruturadas através de parcerias com outras organizações, permitindo assim responder à variedade das necessidades. Por exemplo, numa parceria institucional, a CERCIMA, o Instituto de Segurança Social/Centro Distrital de Setúbal, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo/Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho e a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares colaboram em equipas interdisciplinares do campo da educação, saúde e ação social junto das creches ou infantários e no domicílio, através do **Serviço de Intervenção Precoce**.

Alguns tipos de serviços são particularmente vocacionados para o desenvolvimento destas respostas personalizadas, como o atendimento e acompanhamento social e os Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), como acontece no caso de algumas respostas do CASCI e da ACMJ. Algumas organizações complementam respostas estandardizadas com serviços personalizáveis, como o CASCI, que, nas suas estruturas residenciais seniores, inclui acompanhamento psicossocial, serviço médico e de enfermagem, serviços de podologia, de cabeleireiro e estética, de reabilitação física, de hidroterapia e massagens de relaxamento.

Também a resposta do **Microninho** é personalizada, assente na identificação das necessidades e das capacidades dos indivíduos, e no desenho de soluções e projetos de microempreendedorismo ou empregabilidade adaptados. O objetivo principal da atuação é minimizar o risco para que a pessoa não fique em situação pior do que se encontrava anteriormente, pelo que se procura que as pessoas avancem ao máximo com os recursos que têm. Oferece depois formação, consultoria, *mentoring* e *coaching* pessoal e familiar.

2.3. Autonomização das pessoas

Algunas organizações procuram favorecer a autonomia dos seus públicos-alvo em relação à dependência da família ou de equipamentos sociais convencionais, sendo certo que também existem algumas respostas tipificadas apoiadas pela Segurança Social que promovem a autonomia, como os alojamentos de autonomização. Por exemplo, a **Casa do Castelo**, do Chapatô, é um alojamento de autonomia para jovens vocacionado para jovens do sexo masculino com mais de 18 anos em situação de risco/vulnerabilidade social e sem residência. Tem como características ser de acolhimento institucional em regime de acompanhamento social feito de forma voluntária e de “porta aberta”.

Criam-se, assim, espaços de liberdade e de capacitação na vida de pessoas e grupos vulneráveis, sejam eles pessoas com deficiência, doença mental ou jovens em risco, através do fornecimento de serviços integrados que favoreçam a promoção da autoestima, autonomia e a dignidade dos indivíduos.

O trabalho da **Deliciosas Diferenças** orienta-se para a autonomização das pessoas com doença mental, criando possibilidades para uma vida em sociedade. Assim, combinou a integração produtiva (através de produção de comida e serviço de *catering*) e profissional (através de colocação em formação e estágios) com uma resposta habitacional para pessoas sem retaguarda familiar, criando residências comunitárias protegidas, onde as pessoas com doença mental vivem numa perspectiva de *co-housing*. Na retaguarda, existe um serviço de apoio, através de um gabinete localizado numa das casas, que auxilia os residentes na organização das rotinas diárias, confeção das refeições, medicação, acompanhamento a consultas, acompanhamento em atividades de lazer e noutras questões que surjam. As pessoas são livres de sair e entrar.

Este tipo de intervenções é visto como preferível às intervenções tradicionais, muitas vezes promotoras de dependência. As pessoas são capacitadas para adquirir o máximo controle possível sobre a sua vida como passo para a integração plena na sociedade.

No que se refere à intervenção com idosos, a ADSCCL desenvolve o **projeto Gerasol**, que visa dar resposta às necessidades de pessoas em localidades rurais isoladas, que não são respondidas pelos lares e centros de dia, privilegiando a autonomia das pessoas idosas. Oferece serviços de intervenção social e acompanhamento psicológico, com programa ao domicílio de prevenção da demência e da dependência, intervenção comunitária e domiciliária e gerontomotricidade.

2.4. Contribuição para a concretização dos direitos constitucionais

Já percebemos que as organizações da economia social, e em especial as Instituições Particulares de Solidariedade Social, atuam na concretização dos direitos sociais. Dado o lugar central que estas organizações ocupam na provisão de serviços sociais, a sua atuação é central no sistema de segurança social, em especial na componente da ação social, articulando-se com o Estado numa parceria público-social. É por isso que muitas respostas desenvolvidas por estas organizações se encontram abrangidas por acordos de cooperação com o Estado. É aqui que se enquadra o desenvolvimento de respostas para a infância, a deficiência, a comunidade ou a terceira idade.

No que se encontra fora deste âmbito, a ação das empresas sociais desenvolve-se junto de públicos que, em razão da sua desvantagem, se encontram parcial ou totalmente excluídos do acesso à cidadania. Sublinhamos, assim, a atuação da ACMJ no que se refere ao apoio a imigrantes e naturais no acesso à cidadania. O seu **Centro de Documentação** visa fornecer apoio no conhecimento dos direitos dos migrantes em Portugal e na UE e apoio em questões de regularização de documentação (nascimento, casamento, óbito, registo criminal, NIF). Possui também um **Balcão do Cidadão**, que, em articulação com o governo de Cabo Verde, presta apoio em questões de documentação, como, por exemplo, certidões para renovação de autorização de residência.

As empresas sociais podem também funcionar complementarmente aos direitos sociais no âmbito da Segurança Social, como acontece com as prestações de subsídio de funeral, subsídio por morte de cônjuge, subsídio por morte de filhos ou complemento de desemprego, como sucede com a Associação Beneficência Familiar (ABFamiliar). Referimos aqui também a atuação da **ProNobis**, que disponibiliza aos membros enquadramento na Segurança Social num

regime equiparado ao dos trabalhadores por conta de outrem, permitindo, assim, o acesso a direitos da Segurança Social a trabalhadores das atividades artísticas e culturais.

Na área da saúde, as empresas sociais contribuem para a efetivação do direito universal à Saúde, constitucionalmente previsto, facilitando o acesso a **assistência clínica e enfermagem** numa perspetiva de entreaajuda e a preços mais baixos do que os do mercado, no caso da ABFamiliar, e o acesso a **apoio medicamentoso**, no caso da ABFamiliar e da Associação Dignidade.

2.5. Prevenção, promoção e proteção da saúde

Na área da saúde, as empresas sociais contribuem para a efetivação do direito universal à Saúde, constitucionalmente previsto, através da prestação de cuidados de medicina preventiva e de reabilitação em áreas como a medicina dentária, e a assistência medicamentosa, promovendo a equidade no acesso à saúde e ao medicamento, tendo em conta a diversidade nas necessidades das diferentes pessoas, produzindo respostas integradas ajustadas aos indivíduos.

A ABFamiliar intervém nesta área, numa lógica de entreaajuda, a preços mais baixos e melhores condições do que as do mercado, disponibilizando aos seus cerca de cinquenta mil associados — e aos seus familiares diretos — um conjunto diversificado de produtos e serviços, como **assistência médica** (clínica geral e especialidades) e **medicamentosa** (descontos na Farmácia da LIGA – Liga das Associações Mutualistas do Porto), médico e enfermagem ao domicílio, apoio ao luto, descontos em óticas.

Também no âmbito do acesso ao medicamento, perspetivado como do âmbito do direito à saúde, atua a Associação Dignidade, uma rede de âmbito nacional, territorializada através de 197 parcerias com IPSS, câmaras municipais, juntas de freguesia, Cáritas, Misericórdias e mais de 1000 farmácias **abem:**, que, através do **Programa abem:**, pretende permitir o acesso aos medicamentos por parte de pessoas sem recursos para os adquirir. Atualmente apoia dezoito mil beneficiários.

O **abem:** permite que os seus beneficiários tenham acesso, com dignidade e sem custos, aos medicamentos prescritos e comparticipados pelo SNS numa Farmácia **abem:**, através de um cartão que é entregue a cada elemento do agregado familiar. Portanto, o que fazemos é co-participar a parte não comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde. (*Focus group*, Diretora Executiva, Associação Dignidade)

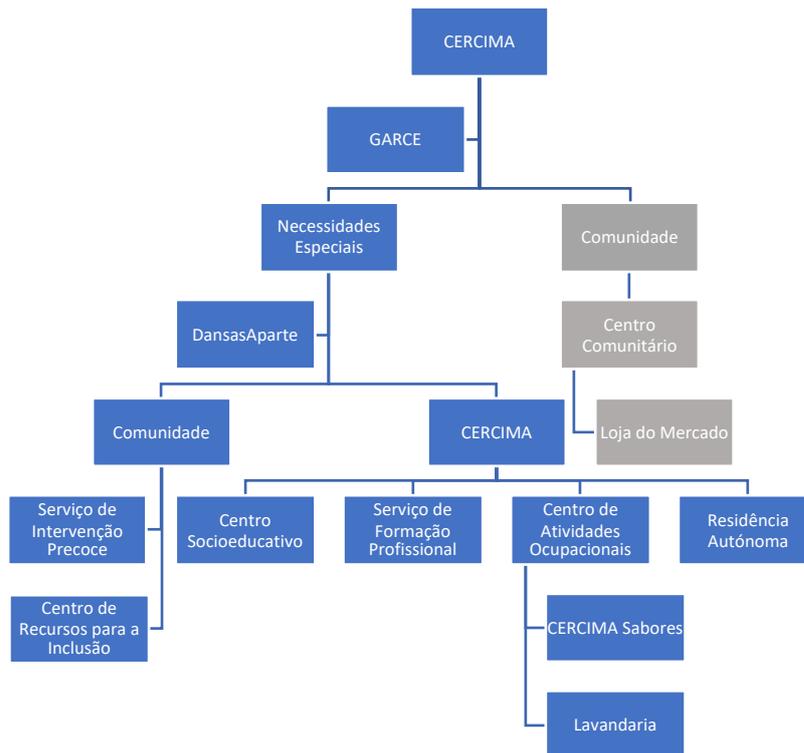
No âmbito dos *focus groups*, identificámos ainda o trabalho da Associação **Mundo a Sorrir**, que intervém na resposta às deficiências do SNS no que se refere ao acesso à saúde, sobretudo de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, através de projetos diversos em Portugal e em três países africanos, em áreas como a capacitação de profissionais de saúde, a prevenção, a assistência médica e a investigação.

Destacamos o programa **P'ros Grandes**, da companhia de teatro O Teatrão, que consiste em oficinas de expressão artística com a duração de 3 meses, que decorrem em instituições de acolhimento social (IPSS), particularmente voltadas para a prevenção ou minimização do Alzheimer. A metodologia de trabalho implica a pesquisa documental, a mobilização de memórias e a encenação dessas memórias com as pessoas idosas, versando sobre temas como a casa, a cidade ou o amor.

2.6. Inclusão social de pessoas com deficiência ou diferença

A área dos serviços de apoio a pessoas com deficiência é quase exclusivamente operada por organizações da economia social, enquanto o Estado apoia as pessoas através de subsídios e participações. Existem atualmente organizações que oferecem respostas para todas as fases da vida dos seus públicos, muito em consequência da mobilização dos pais e da pressão sobre as políticas públicas. Temos o exemplo da CERCIMA que desenvolve atividades de apoio desde o nascimento, como o serviço de intervenção precoce, até à idade adulta, como a residência autónoma.

Figura 9-1. Equipamentos da CERCIMA



Além de acompanhar as necessidades do ciclo de vida das pessoas, estes equipamentos respondem também a diferentes tipos e graus de incapacidade, variando de respostas de apoio à integração nas escolas ou no emprego a respostas específicas para pessoas que não conseguem integração no ensino regular ou no mercado de trabalho ou no emprego protegido (exemplo dos Centros de Atividades Ocupacionais).

Estas respostas a necessidades educativas, sanitárias, materiais e psicológicas são complementadas com outras que visam a integração social plena das pessoas, promovendo o seu acesso ao espaço público e a erradicação do preconceito e do estigma persistentes na sociedade. Uma das formas de o fazer é através da promoção da integração pelo trabalho, demonstrativa da capacidade produtiva das pessoas, como acontece com os produtos e serviços produzidos no âmbito das **empresas de inserção dos Centros de Emprego Protegido (CEP)** do CASCI e da **CERCIMA Sabores**. Os produtos e serviços são colocados no mercado regular a preços iguais ou superiores ao do mercado, com a marca da sua origem. Segundo a diretora técnica do CASCI, há uma evolução muito importante no modo como as pessoas com deficiência são percebidas pela sociedade. Enquanto inicialmente não se percebia nestas pessoas a capacidade de serem produtivas e se considerava que os produtos ou eram mal feitos ou tinham de ser de graça, atualmente esta imagem mudou substancialmente. Tal é atribuído a mudanças na sociedade e também à estratégia da organização de abrir o CEP à comunidade e promover os produtos do CEP no mercado.

A criação de espaços de interação entre a comunidade e as pessoas com deficiência é uma estratégia de criação de espaços de interconhecimento para a ultrapassagem do estigma, patente na **Quinta Pedagógica Inclusiva**, aberta às escolas e à população em geral, com diversas atividades lúdico-pedagógicas. O mesmo sucede com a **CERCIMA**, com a utilização dos equipamentos desportivos e culturais locais para o desenvolvimento das suas atividades.

A desconstrução de estereótipos e estigmas faz-se também com a demonstração da capacidade criativa das pessoas com deficiência. O **FANFárte**, do CASCI foca-se na expressão corporal e dança através de uma oficina de artes, com espetáculos apresentados à comunidade. O **Movimento DansasAparte** da CERCIMA é uma ferramenta para criar vínculos entre a instituição, as pessoas com deficiência e a comunidade, trazendo visibilidade, superando o estigma e promovendo o valor da diferença na sociedade. É que a dança valoriza a diferença e mostra que as pessoas não precisam de fazer as mesmas coisas da mesma maneira. A DansasAparte é uma companhia de dança que inclui como bailarinos pessoas com e sem deficiência, com certificado em dança contemporânea de nível 1, pelo Conselho Internacional de Dança da UNESCO. Aposta na produção artística regular, fazendo as suas apresentações na comunidade e em festivais de dança (p. ex., Lisbon Dance Festival), sendo considerada um dos agentes culturais do Montijo e Alcochete. O Movimento promove também um Laboratório Criativo de Dança, no qual participam pessoas com e sem deficiência e, com o projeto MuDansartes nas Escolas, os bailarinos da CERCIMA trabalham com alunos com necessidades educativas especiais através de oficinas que visam valorizar a diferença e a individualidade.

No domínio da diferença, sublinhamos a estratégia da **ColorADD**, que visa universalizar um código de cores para pessoas daltónicas com o objetivo de estar presente em todo o tipo de produtos em que a cor é relevante e não apenas em produtos específicos para pessoas daltónicas. A estratégia é adaptar a sociedade à diferença e não o contrário.

Se levarmos esta linguagem a todos, não só estamos a integrar o daltónico e a criar soluções inclusivas para que o daltónico possa ter independência aquisitiva, autoconfiança, autoestima numa sociedade que vive de cor, mas também, por outro lado, sensibilizar toda a sociedade para o facto de que existem pessoas que não vêem corretamente as cores. (Focus group, Presidente, ColorADD)

2.7. Promoção do envelhecimento ativo

O apoio a pessoas idosas é também outra importante área de intervenção das organizações da economia social e das empresas sociais (ES). Parte deste apoio diz respeito a respostas tipificadas pela Segurança Social como estruturas residenciais para idosos, centros de dia ou apoio domiciliário. As organizações assinam com a Segurança Social acordos de cooperação, mediante os quais um determinado número de utentes fica abrangido, pelo que o custo dos equipamentos é compartilhado pelo Estado. Os utentes pagam em função do rendimento, mediante tabela legalmente definida. Os utentes não abrangidos pelo acordo de cooperação pagam o preço máximo do equipamento, o qual está legalmente fixado.

Além destes serviços, ou em ligação com eles, as OES e as ES podem desenvolver um outro conjunto de serviços com diferentes objetivos, numa perspetiva de melhoria das condições de vida e de saúde dos utentes.

Várias organizações têm procurado evitar a institucionalização das pessoas idosas, criando condições para que possam viver nas suas residências. Além dos serviços tipificados de apoio domiciliário, as ES podem desenvolver outro tipo de serviços visando a manutenção da autonomia das pessoas, como já referimos anteriormente com o exemplo do projeto **Gerasol** do Microninho.

Outros projetos e serviços combatem o isolamento dos idosos e promovem o envelhecimento ativo. A ABFamiliar criou a **Universidade Sénior Mutualista**, com o objetivo de proporcionar aos seus associados e associados de organizações parceiras a possibilidade de frequentar cursos para que os seus conhecimentos possam ser valorizados, ampliados e divulgados. O projeto **From Granny to Trendy**, da Vintage for a Cause, que se desenvolve em torno de oficinas de *upcycling*, reconhece o isolamento na terceira idade e o idadismo como problemas sociais em Portugal e pretende ser uma alternativa de ocupação e de inclusão social para mulheres desempregadas ou reformadas acima dos 50 anos, valorizando os seus conhecimentos, criando competências, promovendo os seus saberes e autoestima, e formas sustentáveis de criação em moda. O projeto **Trupe Senior**, do Chapitô, funciona como a extensão do ensino e prática das artes circenses aos cidadãos seniores, através da criação de uma equipa performativa composta por seniores da comunidade e jovens artistas, numa lógica de interaprendizagem. Estes projetos pretendem capacitar e empoderar os idosos através de estratégias de envelhecimento ativo que incluem componentes de intervenção artística e cívica junto da comunidade. Ao mesmo tempo, trata-se de um modelo inovador que desafia estereótipos sobre o envelhecimento, propondo um modelo ativo e interventivo de envelhecimento.

2.8. Capacitação comunitária

Como referimos anteriormente, algumas zonas periféricas sofrem vários tipos de segregação que se refletem nas desvantagens — reforçando-as — das pessoas e comunidades que aí residem. Estas zonas podem ser territórios rurais de baixa densidade ou zonas urbanas periféricas. Muitas vezes as organizações da economia social, a par dos municípios, são um dos atores mais fortes destes territórios, onde criam infraestruturas de apoio social e emprego. Por exemplo, o **CASCI** tem uma presença relevante no território, pois envolve todas as pessoas da comunidade, quer como utentes ou familiares, quer como trabalhadores. É atualmente o 2.º ou 3.º empregador privado do concelho de Ílhavo, com 237 trabalhadores, e é a maior instituição do país em número de valências, segundo reporta a sua presidente.

A interdependência das condições dos seus públicos-alvo e destes territórios implica, por parte de algumas das organizações estudadas, uma perspetiva de intervenção comunitária, promovendo a participação e a capacitação das comunidades, oferecendo serviços sociais, promovendo o reconhecimento cultural e o valor da diversidade cultural e criando oportunidades de diálogo intercultural. O exemplo paradigmático é a ACMJ, que tem por objetivo o desenvolvimento a nível socioeconómico e cultural da comunidade do bairro da Cova da Moura, na Amadora. Isto acontece através da promoção de sinergias, estimulando a partilha de competências e da responsabilidade pessoal e grupal, tendo como missão: «um mundo melhor é possível se a gente quiser». O **Projeto Djunta Mo, de cidadania participativa**, é exemplar, pois visa a promoção da participação e integração dos moradores através da consciencialização dos seus direitos e envolvendo-os na procura de soluções que melhorem o quotidiano. O Bairro está dividido em 7 zonas, onde se trabalha um conjunto de temas definidos anualmente em assembleias de moradores, como direitos humanos e exclusão social, imigração, envelhecimento ativo e solidariedade, violência doméstica, etc. Envolve toda a população e articulase com os restantes serviços da ACMJ, permitindo identificar atividades e/ou problemas e encaminhá-los para as respetivas áreas.

O **Chapitô** participa na Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa (Rede DLBC Lisboa), uma rede de organizações em Lisboa envolvidas em projetos no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), uma metodologia de intervenção apoiada no âmbito dos financiamentos da estratégia Europa 2020, com um caráter territorial

e participado, para a implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) concebidas por Grupos de Ação Local (GAL).

Na sequência dos incêndios que devastaram uma parte importante do seu território, a ADSCCL envolveu-se num projeto de reflorestação das áreas ardidas, juntamente com as organizações de promoção do desenvolvimento local Dueceira, Animar e Lousitânea, tendo como entidade promotora o GAL Dueceira. A ADSCCL envolveu-se na dinamização de atividades do projeto e em várias ações de sensibilização, na apanha de sementes e na criação de micromaternidades de árvores com o envolvimento de entidades locais e da população.

2.9. Igualdade de oportunidade no acesso à educação

A área da educação é outra de direitos garantidos pelo Estado, concretizados em redes de serviços educativos e escolas desde a primeira infância. É na área da primeira infância, entre os 4 meses e os 6 anos, nomeadamente através de creches (CASCI, Kairós, ACMJ) ou jardins de infância (CASCI, ACMJ), que se verifica a presença forte das organizações da economia social — sem descurar que existe também uma oferta não lucrativa e lucrativa ao nível escolar. Além disso, as organizações da economia social oferecem todo um conjunto de serviços complementares, como a ocupação dos tempos livres ou o apoio a crianças e jovens em situação de desvantagem, desenvolvendo metodologias inovadoras que complementam a educação pública, oferecendo serviços complementares para superar as falhas de uma educação pouco atenta à diversidade, desenvolvendo estratégias pedagógicas que promovem a autoconfiança, a autonomia ou se ajustam aos interesses e capacidades dos públicos-alvo, contribuindo, assim, para a igualdade de oportunidades na efetivação do direito à educação.

No caso das atividades de tempos livres, as empresas sociais podem oferecer uma grande variedade de atividades, apoiando o desenvolvimento de crianças e jovens. Na Kairós, o **Oficinas do Pirata K** é um centro lúdico pedagógico, em regime de ocupação de tempos livres, para crianças e adolescentes entre os 3 e os 15 anos. A sua metodologia assenta numa prática pedagógica sociocêntrica de cooperação educativa, tendo por base os interesses, os saberes e o contexto cultural das crianças. Num mesmo espaço, as crianças têm ao seu dispor oficinas de expressão plástica, artística e dramática, de novas tecnologias, lúdicas, de ciência e prática desportiva. É às crianças que cabe a escolha das atividades e dos projetos a desenvolver. Muitas empresas sociais oferecem uma variedade de programas e oportunidades de complementaridade de formação, como, por exemplo, no campo ambiental. Por exemplo, a **Quinta Kairós** inclui uma área animal, uma área de reciclagem, uma área sobre práticas ambientais, uma área de padaria/queijaria/doçaria, onde se recriam tradições açorianas, uma horta biológica e uma área de aventura e ambiente, para a prática de atividades físicas.

Na resposta aos jovens que, por uma multiplicidade de situações (abandono escolar, medidas de promoção e proteção e/ou tutelares educativas, rutura total com o sistema), se encontram fora do sistema regular de ensino e formação, existem os **centros educativos** (Kairós) ou a atuação em centros públicos (Chapitô), oferecendo formação e intervenção psicossocial.

Numa perspetiva de minimizar as desigualdades territoriais no acesso à educação, algumas empresas sociais oferecem respostas itinerantes, como é o caso da **Rede KEBrar**, da Kairós, oferecendo atividades lúdico-pedagógicas numa lógica itinerante através de uma Plataforma Técnica Itinerante de Mediação Socioeducativa e Intervenção Lúdico-Pedagógica para o Desenvolvimento da Criança. A ACMJ incorpora nas suas atividades educativas a **teoria da interligação** ou da vinculação, uma abordagem pedagógica em que, através da valorização e promoção da cultura dos pais e da comunidade, se pretende criar identidades positivas e autoestima nas crianças, capazes de resistir a uma cultura dominante — na escola,

nos meios de comunicação social, no quotidiano — que tende a desvalorizar e a inferiorizar a cultura africana.

Numa perspetiva que combina a formação linguística e a formação cultural, a SPEAK organiza, num formato informal, grupos de participantes de várias partes do mundo, que aprendem e ensinam línguas e, ao fazerem-no, conhecem outras culturas e tradições.

2.10. Auto-organização, capacitação e responsabilização coletiva

As organizações da economia social e as empresas sociais são, por definição, uma manifestação da auto-organização da sociedade para a resolução de problemas sociais ou a concretização de aspirações. Resultam de formas de empreendedorismo individual ou coletivo orientado, quer para ajuda a terceiros, quer para a autoajuda. As suas origens podem resultar de uma orientação para apoiar a resolução dos problemas de terceiros (lógica altruísta) ou do problema vivido pelas pessoas e fazer parte de um processo de mobilização para a resolução dos seus próprios problemas (lógica mutualista).

No primeiro caso, numa perspetiva de ajuda a terceiros, temos vários exemplos, como o **CASCI**, que partiu da iniciativa de um conjunto de cidadãos para dar resposta a problemas sociais em territórios com grande prevalência de pobreza e no contexto da construção do Estado social em Portugal; o projeto **ColorADD**, criado por um empreendedor social, Miguel Neiva, que, no âmbito da sua tese de mestrado, concebeu um Código para pessoas com daltonismo; o projeto **Vintage for a Cause**, criado por uma empreendedora, Helena Silva, influenciada pela sua trajetória pessoal, filha de uma costureira, que cresceu em contacto com a transformação de roupa; a **ADSCCL**, que procura responder a um conjunto de necessidades das pessoas residentes num território rural de baixa densidade; ou a **KAIROS** que nasceu na sequência de um movimento de apoio às famílias em situação de exclusão social promovido por pessoas ligadas a Centros Sociais e Paroquiais, o movimento Kairós, numa perspetiva de coordenação da ação e corresponsabilização da sociedade.

No segundo caso, numa perspetiva de auto e entreajuda, temos o exemplo da **CERCIMA**, que, como outras CERCI, resulta da mobilização de professores e técnicos de reabilitação e pais de crianças com deficiência; o do empreendedorismo comunitário da **ACMJ**, que nasceu no início dos anos 1980 a partir da luta dos moradores para instalação de água e esgotos e a dinamização de uma biblioteca para as crianças e jovens do bairro. O desenvolvimento do bairro está intrinsecamente ligado ao da ACMJ (e vice-versa) e, por sua vez, ambos resultam de um processo de mobilização coletiva da comunidade. Temos, ainda, o caso da **ABFamiliar**, que nasceu em 1877, da iniciativa de um grupo de cidadãos que procuraram na organização associativa a resposta aos seus problemas sociais, inicialmente provenientes da circunstância de morte de um familiar. Atualmente, através da associação mutualista, os cidadãos de forma independente e voluntária, participam e garantem a sua proteção nas áreas da saúde, ou da segurança social, em termos supletivos ou complementares da proteção pública. A **Deliciosas Diferenças** hibridiza motivações de ajuda a terceiros e entreajuda ao ter sido criada por técnicos da APPACDM e outros profissionais, e cidadãos e pessoas com doença mental.

As empresas sociais podem atuar também na perspetiva da capacitação dos seus públicos, tornando-os protagonistas das soluções, como no caso dos *workshops* de *upcycling* para mulheres da **Vintage for a Cause**, que assentam num sistema pedagógico rotativo em que antigas participantes participam na transmissão dos conhecimentos às novas participantes, adotando o estatuto de monitoras depois de terminarem o programa. No **Movimento DansasAparte**, os bailarinos com deficiência certificados são coorientadores das oficinas de dança nas escolas do concelho do Montijo no âmbito do projeto **MuDansartes** nas Escolas; este projeto foi, entretanto, alargado a outros grupos sociais, como os idosos. No caso da ACMJ, o trabalho

de intervenção é feito em tandem, envolvendo equipas de técnicos e de pessoas do bairro, os técnicos de experiência. São pessoas cujo saber advém das suas experiências vividas e das competências de resiliência adquiridas na vivência e ultrapassagem dessas situações. A ACMJ também treina e apoia mediadores socioculturais, moradores do bairro que possuem as competências da experiência vivida e da formação, atuando junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) e do Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Finalmente, as organizações mobilizam cidadãos, empresas e a comunidade local, numa perspetiva de corresponsabilização pela resolução de problemas sociais, nomeadamente através do envolvimento enquanto voluntários, através da responsabilidade social das empresas ou através de donativos em ações de solidariedade para com terceiros.

2.11. Respostas integradas em rede

As políticas e a intervenção social têm dado ênfase à atuação em parceria. Concebe-se esta lógica de intervenção como uma forma de responder à complexidade e multidimensionalidade dos problemas sociais. Respostas como a Rede Local de Intervenção Social ou os Centros de Recursos para a Inclusão têm na sua base parcerias envolvendo o setor público e o terceiro setor, numa perspetiva de atuação multidisciplinar e multissetorial.

Focando o caso das parcerias intrassetoriais, e além do desenvolvimento pontual de projetos em parceria, as empresas sociais podem procurar amplificar a sua ação através do estabelecimento de redes com outras organizações. Mencionamos aqui o exemplo da ABFamiliar, inserida numa forte rede de estruturas mutualistas que possibilita o fornecimento de uma grande diversidade de serviços em parceria, reduzindo os encargos associados a cada serviço e tornando a via mutualista mais atrativa pela multiplicidade de serviços que oferece. Destacamos a sua integração na **Liga das Associações Mutualistas do Porto (LIGA)**, uma federação criada em 1905 e constituída por oito associações mutualistas com o intuito de prestar cuidados médicos e de saúde. No âmbito dos serviços de Saúde, a Liga dispõe de duas clínicas e uma farmácia social. A **Mutuália** é também uma federação mutualista com o objetivo de implementação e desenvolvimento de produtos na área dos seguros de saúde, complementos de reforma e outros instrumentos de poupança e capitalização. Outros acordos, bilaterais ou em consórcio, permitem aumentar a cooperação com outras instituições e introduzir novas modalidades, como o apoio domiciliário, as residências seniores ou infantários e creches.

A ACMJ e o Chapitô integram a **Universidade Popular Empenho e Arte (UPEA)**, uma rede que tem como objetivo a educação permanente e partilhada, através de formação intercultural, visando a troca recíproca de conhecimentos entre pessoas, movimentos e organizações sociais, e o desenvolvimento de ações coletivas conjuntas orientadas para a transformação democrática. Integram esta rede a ACMJ, o Centro de Estudos Sociais, o Centro Paroquial Dom Manuel Martins, Chapitô, Fundação José Saramago, Jazz ao Centro, Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Observatório Popular Cidade do Anjo (Brasil) e Pantalassa.

O Programa **abem: Rede Solidária do Medicamento**, da Associação Dignidade, trabalha com uma vasta rede nacional de cerca de 197 entidades, incluindo IPSS, Cáritas, Misericórdias, câmaras municipais, juntas de freguesia e mais de 1000 farmácias **abem**: em complementaridade de atuação no sentido de fazer chegar medicamentos a quem não tem recursos para os adquirir.

O desenvolvimento desta rede permite-nos criar metodologias mais eficazes e eficientes, não duplicando processos. O **abem**: assume-se como um projeto agregador entre várias instituições locais, o que permite que não se perca a especificidade do terreno. (*Focus group*, Diretora Executiva, Associação Dignidade)

3. Quadros legais e institucionais

A questão dos quadros legais existentes, de como influenciam as organizações e como podem ser mudados para melhorar graças à influência das organizações, é outro elemento na análise, implicando uma perspectiva dupla segundo a qual as empresas sociais tanto são moldadas pelos quadros institucionais como contribuem para os moldar.

3.1. A influência sobre as empresas sociais

No caso português, há dois grandes eventos a marcar as empresas sociais do campo da inclusão social: o primeiro é criação do Estado-Providência e da afirmação dos direitos sociais a partir da revolução de 25 de Abril. A segunda, é a retração desse mesmo Estado-Providência, com inícios internacionalmente na década de 1980. Em Portugal, a construção do Estado-Providência ocorre em contexto de crise, o que marca esta construção como uma tensão entre as necessidades e as demandas sociais e a estagnação e a retração da intervenção do Estado. Ainda que com a atenuante da integração na União Europeia e do acesso aos fundos estruturais, esta retração tem sido uma constante, tendo tido um dos seus pontos altos nas medidas de austeridade que se seguiram à crise iniciada em 2010. Estes momentos e os seus processos exprimem-se nas relações entre o Estado e as organizações da economia social, sobretudo no campo do bem-estar.

Como já fomos mostrando, em geral, as políticas públicas têm moldado a forma e a atuação das organizações, nomeadamente através da institucionalização de determinadas respostas sociais, como, por exemplo, valências do âmbito da Segurança Social ou da criação de um sistema de educação e um serviço nacional de saúde. O surgimento e desenvolvimento de várias organizações, sobretudo das que estão ligadas ao estatuto de IPSS, reflete a emergência do Estado-Providência em Portugal, bem como o seu desenvolvimento no fornecimento de serviços sociais no âmbito da deficiência, infância e juventude, terceira idade, educação, saúde e exclusão social.

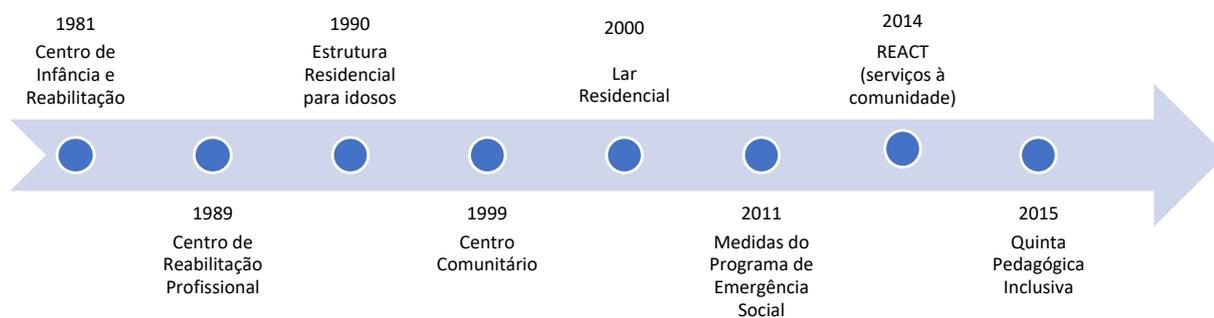
Encontramos, sobretudo nas organizações que nasceram no pós-25 de Abril, uma evolução que acompanha a do Estado-Providência. Em muitas situações, as organizações foram pioneiras na criação de serviços de apoio às populações, os quais foram depois contratualizados no âmbito dos acordos de cooperação. À medida que o Estado procurava estruturar um sistema de proteção social moderno, o seu papel no bem-estar em articulação com as organizações da sociedade civil desenvolve-se numa relação de parceria, chamada público-social, que se institucionalizou no Estatuto das IPSS e nas formas de cooperação destas com o Estado. Decorreu, assim, uma coevolução entre o Estado-Providência e as organizações da economia social do campo do bem-estar. Nesta trajetória, identifica-se também o desenvolvimento de políticas de apoio ao emprego, à medida que se tornava mais notória a reorientação do *welfare* para o *workfare* e das políticas de luta contra a pobreza, influenciadas pelas prioridades e pelos quadros de apoio europeus.

Nestas organizações, a maioria dos seus serviços são enquadrados nas políticas públicas dos setores da segurança social, educação e emprego, encontrando-se formalizados e com forte isomorfismo institucional. As relações entre o Estado e as organizações da economia social incluem acordos de cooperação no âmbito da Segurança Social, da Educação e da Saúde, que se traduzem em transferências financeiras para o fornecimento de serviços.

Assim, em muitos casos, o desenvolvimento das respostas destas organizações dá-se em alinhamento com o desenvolvimento das políticas públicas. A evolução das respostas de uma das instituições estudadas, o CASCI, ilustra bem essa evolução ao mesmo tempo que também assinala a evolução dos seus públicos-alvo. Tem a sua origem na criação de serviços de apoio à

infância num território de carências das populações e de serviços públicos. Perante a incidência de problemas e a ausência de respostas a crianças e jovens com deficiência, desenvolveu as suas respostas para a deficiência numa perspetiva *from cradle to grave* (Centro de Formação Pré-Profissional e Profissional, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial). As respostas na área da formação e da inclusão laboral são apoiadas pelo investimento do Estado nas políticas ativas de emprego, grandemente suportado por quadros comunitários. Já na década de 1990, perante mudança de paradigma das políticas públicas orientadas para o ensino especial, privilegiando a inserção das crianças e jovens com deficiência no ensino regular (Declaração de Salamanca¹³), cria o Centro de Recursos para a Inclusão. Na década de 1990, alarga os seus públicos e cria o apoio a idosos e o centro comunitário, também respostas da Segurança Social. Em 2011, adere às medidas do programa de emergência social criado pelo governo para amortecer os efeitos da crise, criando a Rede Local de Intervenção Social, a Cantina Social e o POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. Em 2014, cria o REACT, com o apoio do Prémio BPI Sénior, como estratégia de geração de recursos, oferecendo os seus serviços especializados de medicina e bem-estar à comunidade. A Quinta Pedagógica Inclusiva é um projeto desenvolvido com o apoio do Prémio EDP Solidária 2015, incluindo atividades desenvolvidas na quinta pelos utentes e atividades orientadas para o público em geral, estas últimas permitindo a geração de receitas. Assim, o CASCI é um exemplo de adaptação de organizações mais antigas aos contextos recentes. Denotando uma tendência mais geral do uso de projetos para o desenvolvimento de soluções inovadoras, quer no âmbito dos serviços que já prestam, quer de novas respostas e de criação de atividades geradoras de recursos financeiros.

Figura 9-2. Cronologia da criação de equipamentos do CASCI



Nestes tempos mais recentes, marcados pela ideia de que ao Estado não cabe dar todas as respostas para os problemas sociais, surgem também novas organizações e projetos em torno de problemas não institucionalizados ou insuficientemente institucionalizados como responsabilidade do Estado para enfrentar novos desafios, propondo novas abordagens ou respondendo a novas expectativas. Ao contrário do que se passou durante a construção do Estado-Providência, verifica-se uma menor apetência do Estado de desenvolver relações mais estáveis com as organizações, como, por exemplo, no âmbito de acordos de cooperação. Assim, as organizações procuram outras fontes de receitas para os seus projetos, assumindo uma importância significativa a iniciativa Portugal Inovação Social. São estas organizações mais recentes que recorrem a este programa, como o caso do Microninho e do Projeto Gerasol da ADSCCL, da Cooperativa Deliciosas Diferenças e do projeto ColorADD.

13 Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994). Ver também: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/cri_reorientacao.pdf>.

3.2. A influência das empresas sociais

A maioria das organizações que atuam nesta área, mais antigas ou mais recentes, percebem-se como desempenhando um papel em lugar do Estado no fornecimento de serviços e na garantia de equidade no acesso a esses serviços, reclamando, para isso, maior apoio e reconhecimento público. Percebem-se como inovadoras ao propor novos modelos e evidenciam a necessidade de contrariar a resistência à inovação que caracteriza muitos serviços públicos. Na sua opinião, há muitas políticas que poderiam ser alteradas, mas a existência ou ausência de políticas não é necessariamente um entrave para prosseguirem as suas atividades.

Um dos objetivos do nosso estudo foi perceber a capacidade das organizações de influenciarem os quadros institucionais nos quais se movem. Assim, interessa perceber como e de que forma é que as políticas públicas e os quadros legais são moldados pela ação das organizações.

A partir das descrições efetuadas nos estudos de caso, identificamos quatro formas através das quais as organizações influenciam ou procuram influenciar a esfera política.

3.2.1. Estratégia demonstrativa

Através do seu papel e relevância ou das soluções e metodologias inovadoras que experimentam e desenvolvem, as empresas sociais podem tornar-se referência de boas práticas e modelos para aprendizagem. As entidades públicas podem então assumir estas soluções, transformando-as em políticas públicas, alterando programas e políticas existentes, ou apoiando a implementação das soluções. Podem também influenciar as práticas e metodologias de outras organizações.

Tal aconteceu com as organizações que desenvolveram respostas sociais no pós-25 de Abril, muitas das quais emergiram da mobilização de comunidades e movimentos para responder às necessidades e expectativas que se colocavam nesse período. Novas metodologias e filosofias vieram a fazer parte das políticas públicas e a disseminar-se no campo da intervenção social, como, por exemplo, foi o caso da abordagem das CERCI, como a **CERCIMA**, à deficiência. Em muitos casos, estas respostas são criadas e testadas pelas organizações, podem vir a ser financiadas por um acordo atípico pela Segurança Social e depois standardizadas. O que foi institucionalizado como Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP), em 2013, pelo Instituto da Segurança Social, começou por ser uma resposta criada no âmbito das organizações da economia social. Um exemplo é o caso do **Pulo**, da ACMJ, criado em 1997 através de uma metodologia desenvolvida pela Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Utrecht e adaptada ao bairro.

Este processo de institucionalização de inovações criadas por OES tornou-se mais raro no contexto da retração do Estado-Providência, como demonstra a Cooperativa Deliciosas Diferenças:

No que concerne ao enquadramento legal da resposta Residências Comunitárias, temos encetado inúmeras reuniões a nível regional e concelhio com a Segurança Social e a Saúde. Mas, apesar da resposta dada — comprovada e reconhecida por todos no terreno como uma resposta de proximidade, a servir uma população vulnerável com doença mental grave, com base nos princípios da autonomia e da liberdade —, continuamos a não obter uma resposta. (*Focus group*, Presidente, Deliciosas Diferenças)

A lógica de criação das respostas e de adoção pelas políticas também se está a alterar, segundo nos refere a diretora-geral do CASCI, com o processo de transferência da relação entre as IPSS e o Estado da administração local para a administração central. Durante muitos anos, o que era comum era a criação de respostas sociais pelas organizações e a proposta à tutela para o seu financiamento no âmbito dos acordos de cooperação. Atualmente, com a

lógica do PROCOOP, a Segurança Social abre candidaturas anuais a partir das prioridades estabelecidas pelo Estado e as propostas são avaliadas em Lisboa.¹⁴

A influência das inovações das OES pode também ocorrer através da incorporação de metodologias e boas práticas noutras organizações, públicas ou privadas. A Mundo a Sorrir refere que, por exemplo, um projeto seu de 2009 de promoção de cuidados de saúde oral em parceria com municípios poderá ter inspirado o que está agora a ser feito pelos centros de saúde em parceria com os municípios. Reconhecendo o seu trabalho em países de língua portuguesa, a **Mundo a Sorrir** foi também considerada pelas Nações Unidas como consultora especial para esta área.

A expectativa da ADSCCL é que as suas respostas **Microninho** e **Rede Cuidas** venham a influenciar a política pública no que se refere às metodologias inovadoras que desenvolvem. A disseminação do projeto Microninho a outras localidades com o apoio da iniciativa Portugal Inovação Social tem subjacente esta ambição: «O que estamos a fazer aqui tem potencial para influenciar a política pública na perspetiva das boas práticas, na criação de uma metodologia de intervenção» (Estudo de caso, Liliana Simões). Por outro lado, o Microninho foi uma das incubadoras que inspirou e atualmente participa na capacitação da Rede de Incubadoras de Inovação Social criada no âmbito da PIS.

Como nota Miguel Neiva, presidente da ColorADD, durante o *focus group* temático, é crucial o papel da investigação e das parcerias entre organizações e universidades e centros de investigação no sentido de reforçar o papel demonstrativo, através de dados quantitativos e qualitativos de impacto, para construir uma base forte para influenciar as políticas públicas.

3.2.2. Estratégia de *lobbying* e promoção de causas

Frequentemente o *lobbying* e a promoção de causas são atividades realizadas coletivamente, através de estruturas representativas do setor, nomeadamente as federações e as confederações, e redes temáticas, como, por exemplo, a Rede Europeia Anti-Pobreza – EAPN Portugal (ACMJ). Distingue-se, em geral, o *lobbying* da promoção de causas, no sentido em que no primeiro as organizações defendem os seus interesses organizacionais, relacionados com a sua atuação e, na segunda, as organizações falam em nome de um determinado grupo que servem ou que está na sua base social e em nome da sociedade.

Apesar de reconhecerem a importância do trabalho em rede numa perspetiva de ação conjunta que se traduza num aumento do poder reivindicativo perante os poderes públicos, várias organizações referem-se a alguma debilidade na capacidade coletiva de *lobby* ou de promoção de causas, quer por ineficácia atribuída às estruturas federativas existentes, quer pela inexistência de redes de promoção de causas.

Entre as organizações estudadas, verificamos que várias não pertencem a estruturas federativas do setor e que, com exceção da ColorADD e da ACMJ, nenhuma se encontra articulada em redes temáticas de promoção de causas. Algumas organizações sublinham o facto de existir uma cultura de isolamento entre as organizações, implicando falta de cooperação e de uma mentalidade comum, o que dificulta a influência na política institucional.

Algumas organizações procuram influenciar as políticas fazendo pressão individual junto de partidos políticos ou órgãos governamentais ou recorrendo à justiça. A **ABFamiliar** tem utilizado a estratégia de audições parlamentares e recurso aos tribunais para anular leis

14 PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais. É um programa que regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e as IPSS, que pretende uma «definição clara de prioridades, critérios e regras de priorização de respostas sociais, a concretizar através de candidaturas, as quais serão aprovadas até ao limite da dotação orçamental» <<http://www.seg-social.pt/programa-de-celebracao-ou-alargamento-de-acordos-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-de-respostas-sociais-procoop->>.

que desmutualizam algumas das suas atividades, como é o caso das funerárias ou das caixas económicas. O seu presidente aponta uma situação, em 2001, em que um Decreto-Lei atribuía o acesso à atividade funerária apenas às sociedades comerciais, o que comprometia o funcionamento da Funerária da ABFamiliar, inaugurada em 1997. «Claro que tivemos que ir para tribunal provar a inconstitucionalidade de algumas normas desse Decreto-Lei, o que ficou provado. Ainda recorreram para a Relação, mas ganhámos de novo e ficou resolvido o assunto» (Estudo de caso, Presidente da Direção, ABFamiliar).

A capacidade de acesso da ABFamiliar parece ser mais a exceção do que a norma, dado que as organizações expressam uma dificuldade geral em serem ouvidas por parte das entidades públicas e políticas, denunciando a falta de espaços onde expor as suas reivindicações. Esta falta de acesso e capacidade de ter ressonância política é percebida como uma falta de reconhecimento por parte sistema político, a despeito dos quadros institucionais recentemente criados para a economia social.

Ressalve-se, porém, que a relação com as autarquias se afigura como mais próxima, sendo mencionadas pelas organizações várias formas de colaboração e apoio numa perspetiva de resolução conjunta dos problemas locais. Ao nível local, as empresas sociais podem ajudar a definir a agenda política, como refere a Deliciosas Diferenças, que pressente uma mudança de discurso por parte do município no sentido de perceber o território onde se insere como uma vila inclusiva. Todavia, dada a significativa centralização da intervenção no campo social, os municípios não têm capacidade de mudar leis e quadros institucionais que afetam as organizações e os seus públicos.

Todas as organizações referem a necessidade da independência relativamente às forças político-partidárias como essencial para permitir às organizações intervirem politicamente, quer nacional, quer localmente.

3.2.3. Codecisão

A codecisão ocorre frequentemente no âmbito de redes de definição e implementação de políticas numa perspetiva de governança em órgãos consultivos de âmbito nacional ou órgãos de codecisão para áreas de política.

As empresas sociais do campo da inclusão social estão frequentemente integradas em órgãos de governança partilhada como é o caso do Conselho Local de Ação Social da Rede Social, existente em todos os municípios para coordenar a ação no campo da luta contra a pobreza (ABFamiliar, CASCI, CERCIMA, ADSCCL, Vintage for a Cause) ou nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CERCIMA, ACMJ), ou nos Núcleos Locais de Inserção do âmbito do Rendimento Social de Inserção (CERCIMA). Além deste tipo de redes definidas nacionalmente para implementação local, podem surgir outras redes de coordenação local, como, por exemplo, a Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência no Montijo (CERCIMA) ou o Conselho Municipal de Segurança de Alcochete (CERCIMA).

No caso dos órgãos consultivos de âmbito nacional em que participam algumas organizações, encontramos, por exemplo, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (ACMJ) e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (Chapitô, ACMJ). A presença nestes órgãos consultivos acontece perante o reconhecimento de que existem organizações cuja dimensão e atuação são importantes para o desenvolvimento de políticas nacionais nas suas áreas de atuação e para os seus públicos.

3.2.4. Influência da opinião pública

Definindo o político como um campo abrangente, é possível dizer que o impacto das organizações a nível político pode acontecer também de forma mais indireta, no sentido de perseguir uma estratégia de definição da agenda através das atividades desenvolvidas e da relevância que é colocada em alguns dos problemas sociais que são menos visíveis. Esta é a estratégia da **ColorADD**, que tem vindo a contribuir para colocar o daltonismo na agenda pública e política, o que se comprovou com o reconhecimento do seu criador pela Assembleia da República, com a atribuição da Medalha de Ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Numa perspetiva de universalização do Código, prossegue uma estratégia de o tornar utilizado por entidades públicas e empresas, por exemplo, integrando-o nas bandeiras das praias ou promovendo o Código junto da UEFA. Com o seu trabalho junto das escolas consegue também que o Código seja ensinado nas escolas. A ideia é que a adoção do Código por parte de determinadas entidades serve como elemento amplificador, fazendo com que outras organizações também o queiram implementar, até se poder vir a transformar numa política pública.

Uma outra forma comum de influenciar a política é indiretamente através da educação, sensibilização e influência da opinião pública no sentido de mudanças nas representações e atitudes da cidadania para ultrapassar o estigma social que incide sobre os seus públicos. Esta mudança de atitudes e mentalidades permite também mudar comportamentos e, assim, facilitar a inclusão social dos seus públicos.

Neste sentido, é ilustrativo o caso do **projeto Sabura**, da ACMJ, para a erradicação do estigma ligado ao bairro da Cova da Moura. O objetivo principal é cancelar a imagem negativa do bairro difundida pelos meios de comunicação, através da divulgação de uma imagem alternativa que visibiliza o trabalho e a cooperação entre os habitantes da Cova da Moura. O projeto surgiu em 2004 e consiste na organização de visitas guiadas ao bairro, que mostram comércios, aspetos culturais e as iniciativas de intervenção comunitária da ACMJ.

Uma forma de influência da opinião pública é através de ações demonstrativas que contribuem para a eliminação de preconceitos racistas, idadistas e outros estigmas que incidem sobre os seus públicos como pessoas e comunidades de minorias étnicas, desempregados, pessoas com doença mental, pessoas com deficiência, idosos, etc., demonstrando a capacidade produtiva das pessoas, através da produção e comercialização de produtos e serviços (CASCI, CERCIMA), a capacidade empreendedora (Microninho) ou a capacidade artística e criativa das pessoas com deficiência (CERCIMA, CASCI), das pessoa idosas (Vintage for a Cause, Chapitô) ou de jovens em situação de desvantagem (Chapitô).

Algumas organizações organizam ou envolvem-se na organização de eventos de informação, campanhas de sensibilização e criação de contextos de interconhecimento entre os seus públicos e a comunidade local.

Conclusão

As empresas sociais da área da inclusão social evidenciam como elas contribuem para reconhecer e construir a forma como as questões sociais e societais são percebidas na sociedade e também as formas como podem ser abordadas, muitas vezes introduzindo soluções inéditas e criativas. As organizações têm muitas vezes intervenções em mais do que uma área e público, sendo áreas prioritárias a prevenção da exclusão social e a integração social, o acesso a direitos, a erradicação de preconceitos e o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades. É importante destacar a importância da inovação e flexibilidade, numa atuação sistêmica frente aos problemas, tendo em conta a multidimensionalidade da exclusão social, bem como a personalização das respostas, que não podem ser idênticas para todos os casos.

Trabalhando em conjunto com o Estado-Providência, quer na implementação das respostas institucionalizadas, quer na complementaridade dessas respostas, quer no desenvolvimento de respostas alternativas, evidenciam o seu contributo para o respeito dos direitos constitucionais à saúde, educação e proteção social, com o objetivo de garantir a igualdade e a dignidade das pessoas. Num Estado-Providência subdesenvolvido e perante a persistência de situações de pobreza e desigualdade que se refletem no acesso à cidadania, contribuem para atenuar a exclusão social de determinados grupos sociais.

As organizações evidenciam o papel fundamental das parcerias público-sociais com o Estado central, sendo também importantes as atividades que desenvolvem em cooperação com os municípios, numa relação de apoio que se traduz mais em apoio em infraestrutura e apoio a atividades do que em quadros de financiamento estável, dada a concentração da gestão dos serviços sociais na administração central.

Algumas organizações encerram em si um modelo alternativo de sociedade, que se molda e ao mesmo tempo influencia, no modo como percebem os problemas sociais e como procuram responder a estes. Podem ter então um papel prefigurativo, em que a visão de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária é praticada nas atividades quotidianas das organizações.

Muito do trabalho de influência e sensibilização política é exercido em defesa dos membros ou beneficiários, mas também, de forma mais ampla, em defesa dos direitos das pessoas em risco de exclusão na intermediação com as instituições públicas e na promoção do acesso aos direitos. São também um ator político, influenciando as políticas públicas e a sociedade de formas diversas, através de demonstração, promoção de causas, codecisão e sensibilização da opinião pública. A sua eficácia, enquanto contributo para a resolução dos problemas sociais e societais, e a criação de alternativas ficam, contudo, limitadas pela dificuldade de ter mais eco no sistema político.

Referências bibliográficas

- ADSCCL – Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares. 2019. *Plano de Atividades 2019*. Lousã: ADSCCL. <https://adscl.pt>.
- DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. 2021. «Resultados Escolares — Indicador de Equidade | Ensino Básico e Secundário — 2019». Lisboa: DGEEC.
- Esteves, Alina (coord.). 2017. «Condições de vida e inserção laboral dos imigrantes em Portugal: efeitos da crise de 2007–2008». Lisboa: Observatório das Migrações, ACM.
- Ferreira, Sílvia. 2014. «Sociological Observations of the Third Setor Through Systems Theory: An Analytical Proposal». *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 25(6): 1671–1693. <https://doi.org/10.1007/s11266-014-9469-7>.
- Fontes, Fernando. 2009. «Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 86: 73–93. <https://doi.org/10.4000/rccs.233>.
- GEP/MTSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento/Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. 2018. «Carta Social — Rede de Serviços e Equipamentos 2018». Lisboa: GEP/MTSSS. <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2018.pdf>.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. 2021. *Rendimento e Condições de Vida. Dados provisórios*. Lisboa: INE. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415625695&DESTAQUESmodo=2.
- Rodrigues, Carlos Farinha. 2009. «Efficacy of Anti-poverty and Welfare Programs in Portugal: The Joint Impact of the CSI and RSI». Instituto Superior de Economia e Gestão — *DE Working papers n° 42-2009/DE*. <http://hdl.handle.net/10400.5/1734>.
- Rodrigues, Eduardo Vítor, Florbela Maria da Silva Samagaio, Hélder Ferreira, Maria Manuela Ferreira Mendes, e Susana Paula Carvalho Januário. 1999. «A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal». *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto* 9: 63–101.